

Economia



ANDRÉ GOMYDE explica sobre os passos para se ter cidades inteligentes

EM PRATOS LIMPOS

Semáforos inteligentes em Vitória

O novo sistema, com a instalação de luminárias em postes e de câmeras, vai reduzir os engarrafamentos na capital capixaba

Samantha Dias

Vitória está entre as 10 capitais brasileiras que, no prazo de 15 anos, vão ser consideradas cidades inteligentes e humanas. Uma das medidas a serem adotadas para ajudar a conquistar esse título é a instalação de semáforos inteligentes, que vão reduzir engarrafamentos.

O primeiro passo para essa mudança, segundo o presidente da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, André Gomyde, é a instalação de infraestrutura de parque de iluminação inteligente, o que já começou a ser implantado na capital capixaba.

“Por meio das luminárias inteligentes colocadas nos postes, a comunicação sensorial vai acontecer. Essas luminárias vão fazer a leitura dos semáforos próximos e transmitir informação a outros postes e assim sequencialmente”, afirmou Gomyde.

Essa interligação vai contar também com informações das câmeras de videomonitoramento das vias e dos estacionamentos que, sincronizados, vão ajudar a evitar

a formação de congestionamento.

“Por exemplo, se houver um acidente em determinada via, o semáforo pode abrir e fechar em intervalos diferentes para que o fluxo de carros não chegue rapidamente ao local interditado”, disse.

Esse e outros exemplos sobre “Cidades Inteligentes e Humanas” vão ser apresentados amanhã por Gomyde a uma plateia de convidados da Rede Tribuna para o almoço-palestra “Em Pratos Limpos”, que será realizado em Vitória.

Este é o terceiro de uma série de quatro encontros que vão ser realizados neste ano.

O diretor de Marketing da Rede Tribuna, Geraldo Schuller, disse que o objetivo é levar ao conhecimento do público formador de opinião sempre as novidades do Estado. “E promover a discussão do potencial que essas mudanças têm para a economia e o desenvolvimento da região”.

SAIBA MAIS

Almoço-palestra

> O QUE É: evento “Em Pratos Limpos”, com palestra sobre “Cidades Inteligentes e Humanas”.

> PALESTRANTE: André Gomyde, presidente da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas.

> QUANDO: amanhã, a partir do meio-dia.

> LOCAL: Itamaraty Hall, em Vitória.

> EVENTO exclusivo para convidados da Rede Tribuna.



CELSO MING

Mensagem vazia

A Mensagem aos Senadores e ao Povo Brasileiro divulgada ontem pela presidente Dilma é um jeito de jogar a toalha e, ao mesmo tempo, buscar o culpado da hora. A teoria do golpe, na qual insiste a presidente Dilma, mesmo quando desaconselhada a adotá-la, é estapafúrdia. Não faz sentido pretender que Legislativo e Judiciário sejam golpistas, especialmente quando a própria presidente Dilma vem se valendo de ambos em todos os estágios de sua defesa.

Se não é legítimo o processo de impeachment, também não são legítimos os recursos adotados pelo PT e pela presidente para tentar evitá-lo.

Se ela vencer o processo aberto no Senado, essa vitória também não poderá ser considerada legítima porque terá sido determinada por instituições e autoridades agora tachadas de golpistas.

De mais a mais, em 1992, quando do impeachment do presidente Collor, que passou pelos mesmos trâmites e foi submetido às mesmas leis e à mesma Constituição, nem o PT nem Dilma consideraram golpista e ilegítimo aquele processo. Por que, então, agora teria de ser diferente?

Também em 1992, o PT decidiu substituir decisão dos eleitores por um colégio eleitoral de senadores e, na ocasião, não considerou ilegítima essa decisão.

O argumento central da presidente Dilma é o de que não há crime de responsabilidade e de que ela não fez nada demais.

Pedalada e financiamento de bancos oficiais de despesas correntes são para ela práticas inocentes. Outros antes dela fizeram a mesma coisa e não foram punidos. Por que será punida justamente ela?

Esse é o mesmo argumento do traficante de drogas flagrado pela polícia. Outros fizeram e fazem a mesma coisa e, no entanto, não são nem apanhados nem punidos. Por que, então, a dureza de agora?

A ideia de convocação de um plebiscito para definição de nova eleição presidencial não é só politicamente inviável. Não tem lógica.

Se o argumento central da defesa é o de que é preciso cumprir o mandato das urnas, por que agora essa desistência? O próprio PT rejeita essa ideia.

No dia 4, o presidente do PT, Rui Falcão, avisou: “Se Dilma defender novas eleições, estará pre-

gando golpe nela mesma e nos seus eleitores”. Ou, então, teria mudado o entendimento do PT?

Além disso, se fosse para convocar um plebiscito que determinasse antecipação das eleições, seria necessário um tempo para negociações e viabilização do processo.

Um projeto de lei complementar destinado a instrumentar uma decisão dessa ordem exigiria não apenas aprovação de 3/5 dos congressistas, mas tramitação em

sagem pouco tem a ver com a Carta ao Povo Brasileiro editada em 2002 pelo então candidato a presidente Lula.

Dilma não disse o que precisa ser feito para reequilibrar as contas públicas e para derrotar a inflação.

Vem cobrança

A altamente provável derrota da presidente Dilma no processo do impeachment pelo Senado deve ajudar a aumentar ainda mais



A ideia de convocação de um plebiscito para definição de nova eleição presidencial não é só politicamente inviável. Não tem lógica

dois turnos em cada Casa do Congresso.

Nesse meio tempo, que duraria meses, quem exerceria o cargo de presidente da República: Dilma, Temer ou outro?

Dilma reconhece que cometeu erros. Mas não disse quais. Nem o que teria de ser feito para remediá-los. Nesse sentido, esta Men-

o nível de confiança. Mas este não será um cheque em branco. O empresário vai agora cobrar resultados do governo Temer.

A primeira impressão é de que o governo interino foi complacente na administração das despesas públicas e lento na redefinição das regras do jogo para reordenação dos negócios de Estado.

Publicação simultânea com o jornal O Estado de São Paulo

Rebelião no Tesouro pode afetar repasses

Depois de ceder na queda de braço pelo reajuste dos servidores da Receita Federal no mês passado, o Ministério da Fazenda agora enfrenta uma rebelião por questões salariais também no Tesouro Nacional.

Em busca justamente da equiparação com os ganhos dos auditores fiscais, 95 gerentes de projeto do Tesouro entregaram os seus cargos ontem.

Além disso, o restante do corpo

funcional do órgão se comprometeu a não assumir os postos vagos.

A paralisação já deixa o sistema do Tesouro Direto instável e pode começar a afetar repasses da União a estados e municípios.